CAMARA MUNICIPAL DE GUAIBA

P	R	0	C	ES	S	0	n o	003/93.
		\ /					11.	

Espécie do Expediente " Altera Artigo e Alíquotas da Lei nº.1024 de 26.12.90,

Data de entrada 26 / janeiro / 19 93

que institui o Código Tributário Municipal."

Proponente: Executivo Municipal

Protocolado sob n.º 1287 Fl.44.

Protocolado sob n.º 1287 Fl.44.

A N D A M E N T O

Em sessão extraordinária de 29.01.93 baixou às Comissões describantes e Orçamentos . Após foi aprovado por maioria com 1 abay and tenção.



CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: BB94F88851AE64F689EC6B1F887E7A09 CODIGO DO DOCUMENTO: 019561



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 003/93 altera o Código Municipal, ' no tocante ao conceito de microempresa para fins tributários, assim como modifica a alíquota referente a ISSQN (item IV - Receita Bruta) reduzindo-a para 2% (dois por cento).

em busca do desenvolvimento de nossa cidade.

laboração unânime dos Nobres Edis, justificará, através da instalação de nossas empresas em nosso Município.

vo a apreciação e votação do presente projeto, aproveitando para renovar protes tos de elevada consideração.

Atenciosamente

Ilmo. Sr. Luis Carlos Larréa Pereira

M. D. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

GUAIBA -RS

Este é mais um dos incentivos dos da nova administração podopogo do nossas cidade.

Entendemos, que alterações comoessas, contando com a corres Edis, justificará, através da instalação de nossas io.

Para tanto, colocamos perante esse Colegiado Legislatido para tenovar protes o requestion do presente projeto, aproveitando para renovar protes ão.

Atenciosamente

DR. JUAO COLLARES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITO MUNICIPAL



PROJETO DE LEI № 003/93

Altera Artigo e Alíquotas da Lei nº 1024 de 26/12/90, que institui o ' Código Tributário Municipal

DR. JOÃO COLLARES, Prefeito Municipal de Guaíba FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a sequinte Lei:

ARTIGO 1º - 0 artigo 152 da Lei nº 1024. de 26/12/90, alterado pela Lei 1106 de 28/12/92, passa a ter a seguinte redação: ART. 152 - Consideram microempresas, no âmbito do '

município, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual, igual ou inferior ao valor nominal de 180 VRMs (valor de referência municipal).

§ 1º - Para identificação deste limite serão necessários dois cálculos a saber:

a- divisão da efetiva receita de cada mês pelo va lor do VRM "cheio" desse mês;

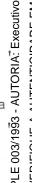
b- soma das quantidades de VRM assim obtidas;

\$ 2º - Para efeito de apuração da receita bruta a- la nual, real ou arbritada, será sempre considerado o período compreendido entre la janeiro e 31 de dezembro.

\$ 3º - As receitas das microempresas serão sempre computadas, sem quaisquer deduções, mesmo as permitidas no Código Tributário Municipal .

\$ 4º - No primeiro ano de atividades, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

artigo 2º - Ficam alteradas as alíquotas do ítem IV - RECEITA BRUTA, da Tabela de Imposto sobre serviços de qualquer natureza da Lei nº 1024, de 26 de dezembro de 1990, que passa a ter a seguinte reda ção e alíquotas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

IV - RECEITA BRUTA

PERCENTUAL

a- Serviços de diversoes publicas	5%	
b- Serviços de execução de obras ci -	9 E 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	
vis ou hidráulicas	2%	
c- Agenciamento, corretagem, comissões		
representação e qualquer tipo de in -		
termediação	2%	
d- Serviços de elaboração e execução		
em geral de projetos ou estudos agro-		
florestais, cultivo de florestas bem '		
como o reflorestamento com recursos '		
próprios ou de terceiros, administração		
e a prestação de serviços florestais,		
pesquisas, implantação, manutenção, e <u>x</u>		
perimentação, manejo, corte e extração		
de madeira, transporte de produtos fl <u>o</u>		
restais e outros decorrentes de suas '		
atividades	1,5%	
e- Qualquer tipo de prestação de ser-		<u>_</u>
viç <mark>os não</mark> previsto nos números ante 🗕		nicipi
riores desta letra e os constantes da		o Mu
letra "A", quando prestados por soci <u>e</u>		cutive
dade	2%	EX
		RIA:
ARTIGO 3º - Esta	lei entrará em vigor na	data de sua pu
blicação, revogadas as disposições em con	trário.)3 - A
	1	3/199
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÌBA		E 00:
	2% lei entrará em vigor na trário.	<u> </u>

JOAO COLLARES

PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÎBA







CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parocor N.º O Oak

PROCESSO N.º 003/93

Presidente

REQUERENTE

E 003/1993 - AUTOR

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

Comissão de Finanças e Orçamentos

Parecer N.º PROCESSO N.º REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina beacado c/ parecer da comição do furfico.

Sala das Comissões, em 29 01 97

Presidente

Relator



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Of n° 012 / 93. EM 03 / 02 / 1993.

Senhor Prefeito:

Pelo presente, encaminhamos a V.Sa., em anexo, cópia dos projetos nºs.002, 003/93 aprovados por maioria e a Redação Final dos projetos nºs.004 que foi aprovado por unanimidade e 005/93 aprovado por maioria pela Câmara Municipal.

Outrossim, solicitamos—lhe a gentileza de enviar — nos se sancionados forem os projetos, uma via das leis correspondentes ' para integrar os arquivos de nossa Secretaria.

Sem outro objetivo, subscrevemo-nos

atenciosamente.

Ver Luis Carlos L.Ferreira

PRESIDENTE

Ilmo.Sr. Dr.João Collares M.D. Prefeito Municipal NESTA.

